

**GRUPOS ORGANIZADOS DE BRASILEIROS(AS)  
NO EXTERIOR E REDES ASSOCIATIVAS. APORTES DE UMA  
PESQUISA**

***Organized Brazilian groups abroad and associative  
networks. The outcomes of a survey***

*Roberto Marinucci\**  
*Yara da Silva Farias\*\**

Neste artigo pretende-se analisar o trabalho em rede desenvolvido por grupos organizados de brasileiros(as) no exterior que atuam pela defesa e promoção dos direitos humanos. A partir dos resultados de uma pesquisa com 42 organizações presentes em seis diferentes países, busca-se examinar os tipos de serviços oferecidos, bem como a capacidade das entidades de articular redes associativas em vista da consecução de seus objetivos. Diante das dificuldades em estabelecer formas de redes e cooperação, sustenta-se que a metáfora do “arquipélago” possa identificar melhor os tipos de relacionamentos existentes entre grupos organizados de brasileiros(as) no exterior.

Palavras-chave: Associativismo migrante; Direitos humanos; Emigração brasileira; Redes associativas

*This article aims to discuss about the networks project developed by Brazilian groups abroad that act for the human rights' defense and promotion. Based on the survey results held at 42 organizations placed in 6 different countries, it is enquired the existing types of services, as well as the entities' capability of articulating associative networks, on the strength of its goals' achievement. In the presence of the difficulties to establish kinds of networks and cooperation, the opinion that the metaphor “archipelago” better identifies the kinds of relationships among Brazilian groups abroad is held up.*

\* Mestre em teologia. Professor no Instituto São Boaventura. Pesquisador do CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios ([robertoro66@bol.org.br](mailto:robertoro66@bol.org.br)). Brasília/Brasil.

\*\* Mestranda em Ciências Sociais pelo CEPAC/UnB – Centro de Estudos comparados sobre as Américas e auxiliar de pesquisa do CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Brasília/Brasil.

**Keywords:** *Migrant associability; Human rights; Brazilian emigration; Associative networks*

Nas últimas décadas, o Brasil transformou-se, gradativamente, de um país de imigração para um país de expulsão populacional. Segundo as estimativas oficiais da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores (DAC/MRE), a comunidade brasileira residente no exterior passou de cerca de 1,600 milhão em 2002, para cerca de 3,050 milhões em 2007. O número dobrou em poucos anos. Mesmo que a porcentagem em relação ao total da população brasileira não seja muito alta (1,6%), não há dúvida de que estamos diante de um fenômeno novo, intenso e desafiador.

Esta nova realidade tem levantado muitos debates e provocado fortes interpelações. Entre os temas mais discutidos, cabe destacar a questão dos direitos humanos e da cidadania. Historicamente, a noção de direitos humanos passou por uma significativa evolução, tanto em termos de conteúdo – as diferentes gerações de direitos – quanto em termos de abrangência – universalidade dos sujeitos de direitos. Por outro lado, a noção de cidadania – atrelada ao conceito de Estado-nação – ficou restringida aos “nacionais” em contraposição aos “não-nacionais”. Todavia, a intensidade das migrações internacionais e a progressiva universalização dos direitos humanos têm levantado a possibilidade de interpretar a noção de cidadania num sentido mais abrangente, incluindo não apenas os “nacionais”, mas também os “residentes”, ou seja, aqueles estrangeiros que, com sua presença e suas relações sociais, de diferentes maneiras, contribuem para a vida e o desenvolvimento do país.<sup>1</sup>

Esta transformação do conceito de cidadania não é algo natural ou inevitável. Muito pelo contrário. Por enquanto é uma mudança incipiente, às vezes imperceptível. É desejada por alguns segmentos sociais – geralmente minoritários – e rejeitada por outros. É uma mudança que se tornará efetiva apenas pelo compromisso e engajamento firme dos setores da sociedade mais sensíveis à questão. Entre eles, cabe frisar o papel dos migrantes e de seus grupos organizados que, de forma planejada e articulada, trabalham pela defesa da dignidade dos “não-nacionais”. Mas qual é a capacidade que esses grupos possuem de promover os direitos dos migrantes e, mais em geral, de contribuir para a mudança do conceito de cidadania? De que forma esses grupos se articulam para aumentar seu

<sup>1</sup> Cf. MARTÍN PÉREZ, Alberto. “Las Asociaciones de inmigrantes en el debate sobre las nuevas formas de participación política y de ciudadanía: reflexiones sobre algunas experiencias en España”, p. 118-122.

poder reivindicativo e transformador? E, sobretudo, existe alguma forma de trabalho em rede entre essas organizações (redes associativas)?

A fim de coletar dados preciosos para responder estes e outros questionamentos, o CSEM - Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios de Brasília realizou, entre 2007 e 2008, uma pesquisa junto a 42 grupos organizados “de” ou “para” brasileiros(as) espalhados em 6 áreas geográficas (Japão, EUA (Boston), Portugal, Espanha, Itália e Inglaterra).<sup>2</sup> As organizações, contatadas mediante colaboradores *in loco* ou via e-mail, responderam um questionário de 23 perguntas. Além disso, o CSEM entrevistou – seguindo a mesma metodologia – 21 “informantes privilegiados”, ou seja, pessoas que se destacaram pelo conhecimento e pela vivência significativa junto a brasileiros(as) nas áreas pesquisadas. O objetivo da pesquisa era identificar estratégias e formas de protagonismo de brasileiros(as) residentes fora do país mediante sua atuação em organizações que, de diferentes maneiras, atuam na defesa e promoção dos direitos humanos.<sup>3</sup>

Apesar da pesquisa não estar direcionada especificamente para o tema das redes associativas, as respostas dos questionários aportam alguns elementos significativos para a reflexão sobre o tema, elementos que vamos analisar neste ensaio, que está dividido em quatro partes. Na primeira vamos focalizar a crise atual da vida “comunitária” a partir da análise de Bauman e, logo depois, as tipologias dos grupos organizados de migrantes. Já, na terceira parte do texto, vamos oferecer uma análise geral dos resultados da pesquisa do CSEM sobre grupos organizados de brasileiros(as) no exterior para, enfim, tratar o tema específico do trabalho em rede.

### **1. Crise da vida comunitária e associativa?**

Para aprofundar a compreensão dos desafios dos grupos organizados de brasileiros(as) no exterior, reputamos importante analisar o significado que reveste a vida comunitária – no sentido amplo – em época de globalização neoliberal. Acreditamos, com Edgar Morin, na necessidade de um “pensamento ecologizante” que situe “todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu

<sup>2</sup> A pesquisa incluiu também a região do Alto Paraná do Paraguai. No entanto, neste trabalho optamos por não trabalhar esses dados.

<sup>3</sup> Para aprofundar os resultados dessa pesquisa ver: MARINUCCI, Roberto. “O protagonismo de brasileiros e brasileiras no exterior e seu papel na defesa e promoção dos direitos humanos”. Relatório de uma pesquisa; LUSI, Carmem. “Entidades de união e apoio a brasileiros no exterior”; LUSI, Carmem - MARINUCCI, Roberto. O papel dos brasileiros no exterior na defesa e promoção de seus direitos; MARINUCCI, Roberto - CONRADI, Ilda. Elementos para um perfil do associativismo brasileiro no exterior.

meio ambiente – cultural, social, econômico, político e, é claro, natural”.<sup>4</sup> Para isso, vamos apresentar alguns importantes aportes do sociólogo Zygmunt Bauman, aportes que podem elucidar determinados processos e dinâmicas que envolvem todas as formas de vida associativa e comunitária.

Na opinião do sociólogo polonês, no contexto atual, há um grande desejo e busca da comunidade enquanto espaço de segurança, proteção e amparo diante de um clima generalizado de precariedade, incerteza e insegurança.<sup>5</sup> O indivíduo desprotegido da globalização neoliberal sente-se atraído pela oferta de proteção – real ou ilusória – da comunidade. No entanto, essa proteção não é gratuita. O preço a ser pago é muito alto, às vezes demasiado alto. A integração no grupo implica uma conseqüente redução da liberdade, da auto-determinação, inclusive em termos identitários. A comunidade só oferece uma proteção eficaz desde que o indivíduo assuma integralmente a pertença ao grupo. Assim, nos adverte Bauman, “a promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança”.<sup>6</sup> Em outros termos, a vida comunitária implica engajamentos e obrigações fraternas que nem todos estão dispostos a assumir, pois limitam a autonomia da pessoa. Assim, num contexto de acentuado individualismo e de triunfo da lógica do mérito pessoal, a comunidade, mesmo despertando sedução por sua capacidade de proteger, pode ser facilmente rejeitada por sua incapacidade de respeitar a autonomia e a subjetividade do indivíduo.

Nesta lógica, a opção pela participação ativa e comprometida na vida comunitária e associativa pode ser facilmente interpretada como sinal de fraqueza: são os indivíduos *de jure* – para usar a terminologia de Bauman – e que não conseguem exercer *de facto* sua individualidade, que acabam recorrendo à comunidade, justamente pela incapacidade de alcançar seus objetivos de forma autônoma. Mesmo nestes casos, a participação tenderá a ser *sub conditione*, pois dificilmente a pessoa aceitará a redução da liberdade de forma indeterminada e incondicional. Nesta ótica, a participação na comunidade será substancialmente “líquida”, dando prioridade menos a engajamentos duradouros que a relações mais instrumentais ou temporárias. Enfim, a comunidade se torna mais “estética” do que “ética”, mesmo com o sério risco de ver reduzida sua capacidade de oferecer segurança e proteção.

Em sua análise, Bauman reconhece também que a rejeição por parte dos grupos sociais majoritários pode induzir grupos minoritários – sobretudo

<sup>4</sup> MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. Repensar a reforma, reformar o pensamento, p. 25-26.

<sup>5</sup> Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. A busca por segurança no mundo atual.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 24.

de migrantes – a buscar formas comunitárias e associativas. São justamente os grupos que não tiveram o direito a ser sujeitos de direitos, que tiveram recusado o caminho para se tornarem sujeitos *de facto*, os que buscam nas formas associativas os espaços que a sociedade maior lhe fechou:

O “comunitarismo” ocorre mais naturalmente às pessoas que tiveram negado o direito à assimilação. Tiveram negada a escolha – procurar abrigo na suposta “fraternidade” do grupo nativo é a única opção. Voluntarismo, liberdade individual, auto-afirmação são sinônimos de emancipação em relação aos laços comunitários, da capacidade de desconsiderar a atribuição herdada - e foi isso que lhes foi negado quando não receberam o convite para a assimilação, ou este lhe foi retirado. Membros das “minorias étnicas” não são “comunitaristas naturais”. Seu “comunitarismo realmente existente” é apoiado pelo poder, resultado de expropriação. A propriedade não permitida ou a propriedade retirada é o direito de escolha.<sup>7</sup>

Ao ver de Bauman, o engajamento em atividades comunitárias é diretamente proporcional com o nível de rejeição por parte da sociedade. Quanto maior é o perigo externo e a insegurança decorrente, tanto maior será o sacrifício de liberdade e autonomia que o indivíduo estará disposto a aceitar.

Finalmente, há um último aspecto que gostaríamos de realçar da análise de Bauman: a comunidade, de acordo com uma determinada abordagem, consegue responder às interpelações por segurança e proteção apenas na medida em que produz “homogeneidade dos de dentro, em contraste com a heterogeneidade dos de fora”.<sup>8</sup> Em outras palavras, proteção comunitária significa produção de mesmice enquanto ausência da alteridade. Comunidade, nesta acepção, se torna sinônimo de guetos voluntários, guetos que, ao contrário dos guetos reais, impedem a entrada de todos os indesejados, em busca de uma segurança – real ou ilusória.

Acreditamos que esta análise de Bauman pode elucidar aspectos da vida de milhões de brasileiros(as) que, no exterior, em uma realidade de anomia e fluidez, encontram-se numa encruzilhada: podem optar por um projeto migratório prioritariamente individual e solitário, visando procurar “soluções biográficas para contradições sistêmicas”,<sup>9</sup> a fim de preservar a própria auto-determinação, manter a identidade e alcançar o mais cedo possível os próprios objetivos; ou, então, podem valorizar a comunidade enquanto espaço de comprometimento e cuidado mútuo, levando em conta que, num contexto de interdependência, apenas ações coletivas

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>9</sup> BECK, Ulrich, *apud ibidem*, p. 92.

podem resolver problemas estruturais e, em decorrência, contribuir para solucionar os problemas específicos de cada indivíduo.

## 2. Tipologias dos grupos organizados de migrantes

O expressivo aumento da intensidade e da visibilidade das migrações internacionais tem provocado, nos últimos anos, um acirramento dos debates sobre o tema das organizações dos e para <sup>10</sup> migrantes internacionais. Existem várias tipologias desses grupos, mas, em nossa opinião, a diversidade entre os pesquisadores verte mais na terminologia que nos conteúdos.

Em primeiro lugar, as organizações podem exercer uma função assistencial (associativismo caritativo),<sup>11</sup> estruturando-se como espaços de apoio emergencial, sobretudo para os migrantes recém-chegados. Em geral, essas formas de agregação são formadas por voluntários – autóctones e não – ou profissionais que recebem financiamentos públicos. Trata-se, neste sentido, de organizações para (em prol dos) migrantes.<sup>12</sup>

Quando esse serviço assistencial é assumido pelos próprios migrantes, estamos diante das assim chamadas organizações étnicas. Às vezes, essas organizações têm estrutura formal, mas, na maioria dos casos, configuram-se como redes informais de apoio entre migrantes, unidos pela mesma origem étnico-nacional. Não raramente, o fator linguístico pode ser um elemento de agregação, mesmo entre membros de países diferentes.

Outras organizações, visando oferecer um apoio que ultrapasse a mera ação emergencial, escolhem atuar como espaços reivindicativos (associativismo reivindicativo), de *advocacy*, tanto em relação ao país de acolhida, quanto ao país de origem. Mais que assistência imediata, elas oferecem espaços de conscientização, esclarecimento, denúncia, pressão política e articulação dos migrantes e da sociedade civil local. Estas organizações também podem ser criadas por iniciativa de agentes sociais autóctones ou, então, pelos próprios migrantes.

Além disso, há organizações que visam mais a promoção dos direitos culturais. Levando em conta os perigos do assim chamado desarraigamento cultural, essas entidades visam recuperar e, não raramente, reinterpretar determinadas tradições culturais do país de origem. O objetivo é oferecer

<sup>10</sup> Casey prefere falar em organizações ou associações criadas por e para migrantes (cf. CASEY, John. “Les associacions i la integració d’immigrants estrangers”, p. 16).

<sup>11</sup> Cf. AMBROSINI, Maurizio. *Sociologia delle migrazioni*, p. 223-229.

<sup>12</sup> Ambrosini, além do associativismo caritativo, acrescenta também um *associazionismo imprenditivo*, que oferece serviços de forma mais profissional, como casas de acolhida, centros de recuperação, etc.

espaços de “familiaridade cultural”, de segurança e proteção em contextos marcados pela incerteza e pela estraneidade.

Pode-se acrescentar também as organizações religiosas, constituídas por grupos de matriz confessional que, além do atendimento especificamente espiritual, podem oferecer serviços de tipo emergencial, reivindicativo e cultural.<sup>13</sup> Essas organizações assumem uma importância fundamental também em relação à dimensão “existencial” do migrante, na medida em que oferecem respostas diante dos desafios relacionados ao sentido da vida, do sofrimento, das relações humanas e afetivas.

Finalmente, em contexto de transnacionalismo, é importante não esquecer as assim chamadas *Hometown Associations*, a saber, aquelas organizações de migrantes cuja finalidade específica, embora não única, consiste em estabelecer relações e promover o desenvolvimento das comunidades de origem, sobretudo através da construção de hospitais, escolas, igrejas, estruturas de saneamento básico etc..<sup>14</sup> Estas organizações nascem, sem dúvida, com uma finalidade filantrópica, mas também com o objetivo de melhorar o *status* social do migrante junto à sua comunidade.

Enfim, a tipologia das formas de organização dos migrantes revela a pluralidade e a diversificação dos serviços oferecidos. Atesta também a complexidade e a abrangência dos desafios levantados pela realidade migratória. A seguir vamos analisar a atuação específica das organizações pesquisadas pelo CSEM.

### **3. A atuação das organizações de brasileiros(as) no exterior entrevistadas pelo CSEM**

Desde a década de 80 do século passado, a América Latina e o Caribe tornaram-se regiões de intensa evasão populacional. Na atualidade, acredita-se que cerca de 25/30 milhões de latino-americanos e caribenhos vivam fora do próprio país. Esta realidade trouxe novas oportunidades e, ao mesmo tempo, urgentes desafios.

O caso do Brasil não é diferente. Desde os meados dos anos 80, o país começou a se tornar *country of emigration*,<sup>15</sup> como reconhece o

<sup>13</sup> Cf. ITÇAINA, Xabier; DORANGRICCHIA, Anna. “Del repertorio de la hospitalidad: las movilizaciones católicas y la inmigración”, p. 41-76. Antonio Morrell Blanch propõe outra classificação das organizações: entidades de serviços, associações de vizinhança, grupos de pressão e associações de imigrantes, ou seja, formadas e gerenciadas por migrantes (cf. MORELL BLANCH, Antonio. “El papel de las asociaciones de inmigrantes en la sociedad de acogida”, p. 119-120).

<sup>14</sup> Cf. CARREIRO, Maria João. “Dinâmicas transnacionais protagonizadas por Associações de Migrantes Guineenses em Portugal”.

<sup>15</sup> ONU – DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. *World Economic and Social Survey*, p. 36.

*World Economic and Social Survey – 2004*, da ONU. Embora não existam números totalmente confiáveis, sobretudo pela intensa migração irregular, de acordo com o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, em 2007, haveria de 3 a 4 milhões de brasileiros residindo fora do país.<sup>16</sup>

Os principais países de destino da emigração brasileira são os Estados Unidos da América do Norte, o Paraguai (sobretudo nos anos 70 e 80) e a União Européia. No começo do terceiro milênio, intensificou-se a emigração para os EUA, como atestado pelo sensível aumento das detenções de brasileiros(as) na fronteira sul.<sup>17</sup> Todavia, depois que o México voltou a exigir o visto, ao que parece, ocorreu uma abrupta diminuição da emigração para o país norte-americano e, talvez, um crescimento do fluxo para países da União Européia, sobretudo Reino Unido, Espanha, Itália e Portugal.

Merece um destaque também a migração brasileira para o Japão, que é tão significativa a ocupar o terceiro maior contingente de imigrantes no país (254 mil brasileiros em 2000), depois dos coreanos (635 mil) e dos chineses (335,2 mil). Assim como a emigração brasileira rumo aos EUA, a emigração para o Japão tomou força em meados da década de 80 uma vez que, enquanto neste período o Brasil passava por uma recessão econômica, o Japão apresentava um *boom* econômico, o que fez com que pequenas e médias empresas demandassem mão-de-obra.

O CSEM, como já afirmamos, aplicou um questionário a 42 grupos organizados de ou para brasileiros(as) em 6 países. Embora haja problemáticas peculiares a cada realidade nacional, bem como a cada grupo específico, um olhar geral e abrangente pode contribuir a levantar hipóteses sobre as características desses grupos organizados de brasileiros(as) no exterior.

Continua expressiva também a presença de brasileiros em outros países da América Latina, sendo que, entre 2002 e 2007, o número total passou de 480 mil para 610 mil, sempre consoante o DAC/MRE.

De acordo com os resultados da pesquisa, as organizações entrevistadas autodefinem como entidades de cunho predominantemente cultural (64% das organizações), assistencial/caritativo (60%), profissional (45%), reivindicativo/político (43%), estudantil (31%), desportivo e lazer

<sup>16</sup> Um relatório detalhado sobre dados recentes do DAC/MRE pode ser encontrado em MARINUCCI, Roberto. *Brasileiros e brasileiras no exterior*. Apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: [http://www.csem.org.br/artigos\\_port\\_artigos08.html](http://www.csem.org.br/artigos_port_artigos08.html)

<sup>17</sup> A porcentagem de brasileiros e brasileiras presos entre 2004 e 2005 na fronteira entre México e EUA decuplicou em relação a 2000 ("Captura de brasileiros nos EUA decuplica", in *Folha de São Paulo*, 05.05.2005).

(26%) e religioso (17%). A dimensão cultural está presente em todas as áreas pesquisadas, com destaque pela Itália (100% dos grupos entrevistados no país) e pela Espanha (71%). Entidades de foco caritativo e assistencial são muito difundidas em Japão (86%), Reino Unido (80%) e Portugal (70%), enquanto as articulações reivindicativas e políticas estão concentradas sobretudo nos EUA (71%) e Portugal (50%).

Uma análise geral dos resultados da pesquisa revela que o trabalho desses grupos organizados tende a ser mais emergencial e cultural do que político. Como já aprofundamos em outro trabalho,<sup>18</sup> as organizações pesquisadas priorizam atividades de formação e informação, encaminhando os migrantes para outras entidades governamentais ou não-governamentais a fim de responder de forma mais adequada a necessidades emergenciais específicas.

Já os grupos que contam com maiores disponibilidades e/ou com o apoio do voluntariado podem oferecer alguns serviços específicos, sobretudo nas áreas da saúde, trabalho, documentação e tradução. Finalmente, todas essas organizações – principalmente aquelas criadas por brasileiros(as) – oferecem serviços de integração na cultura de chegada e, sobretudo, atividades de resgate da cultura de origem, incluindo a organização de festas, confraternizações e outros espaços de familiaridade.

Por que as organizações pesquisadas priorizam atividades assistenciais e culturais? Em primeiro lugar temos que levar em conta a questão do reconhecimento social. Não raramente, a escolha das prioridades de atuação das organizações é condicionada pela demanda das comunidades. Estamos de acordo com Blázquez Rodríguez, Mazarrasa Alvear e Otero García quando, analisando as associações africanas em Andalucia, reconhecem que *“los y las inmigrantes demandan servicios de carácter netamente asistencial, mientras que las asociaciones quieren acercarse a un modelo de intervención más formativo, participativo y político”*.<sup>19</sup> Em busca de reconhecimento, os grupos organizados devem se adequar às demandas das próprias comunidades, ou seja, a oferecer os produtos mais procurados – o que não significa necessariamente os mais necessários e importantes.

Utilizando uma linguagem bourdieana, podemos afirmar que os grupos étnicos visam aumentar ou conservar o próprio capital para, assim, preservar ou melhorar sua posição social. Nesta perspectiva, todos os

<sup>18</sup> Cf. LUSSE, Carmem; MARINUCCI, Roberto. “O papel dos brasileiros no exterior na defesa e promoção de seus direitos”, p. 135-138.

<sup>19</sup> BLÁZQUEZ RODRÍGUEZ, M. Isabel; MAZARRASA ALVEAR, Lucía; OTERO GARCÍA, Laura. “Aproximación a las asociaciones africanas como agentes de salud en sus comunidades inmigrantes. Experiencias desde la práctica”, p. 78.

grupos lutam em busca de legitimidade, de reconhecimento social, de visibilidade, tanto frente à sociedade de acolhida quanto – e sobretudo – frente à própria comunidade. Um caminho de acumulação de mais capital social é constituído pela oferta de produtos desejados por seus fregueses.

A pesquisa do CSEM junto aos “informantes privilegiados” confirmou tanto o caráter predominantemente emergencial da ação dos grupos organizados de e para brasileiros(as) quanto a dificuldades em encontrar reconhecimento diante da comunidade brasileira. Um informante da área de Boston nos EUA acredita que as organizações desenvolvem “um papel absolutamente necessário e importante”, embora, na maioria dos casos, tenha apenas “caráter imediato, de solucionar um problema”.

É comum, entre os “informantes privilegiados” a afirmação de que os migrantes procuram as associações ou outros grupos organizados apenas em casos de necessidade imediata.<sup>20</sup> A participação, em termos de compromisso estável e engajado, é extremamente limitada. Assim, um informante do Japão, sustenta que o papel das organizações é

muito dispersivo, embora de muito boa vontade de algumas organizações, devido à falta de participação e consciência e interesse massivo dos imigrantes. A atuação é mais em nível de indivíduo a indivíduo, de ajuda pessoal caridosa, geralmente partindo de iniciativas particulares esporádicas e de algumas entidades religiosas.

A questão da participação é muito importante, pois a noção de cidadania diz respeito ao direito de participar ativamente nos processos de reconhecimento de direitos. Enfim, a participação em organizações sociais pode ser instrumento e sinal de uma aprofundada consciência cidadã, na medida em que o próprio migrante se auto-compreende como protagonista na luta pelo reconhecimento de seus direitos. Os laços entre cidadania e participação são tão profundos que, poder-se-ia afirmar, não há a primeira sem a segunda.

As causas da dificuldade de participação nas atividades das organizações são diferentes. Antes de tudo, um informante de Boston ressalta os numerosos preconceitos que existem em relação às associações de brasileiros(as) na região: “Mesmo sem conhecer, quando pergunto, por exemplo, a respeito do Centro X em Boston, a resposta, no mais das vezes, é: não faz nada. Ora, nem sequer conhece, nunca foi a uma reunião, mas diz

<sup>20</sup> Da mesma opinião é Morell Blanch em sua avaliação do associativismo migrante na Espanha: na ótica dele, “*los inmigrantes suelen recurrir a las asociaciones en demanda de apoyo para situaciones puntuales, pero en menor medida mantienen con ellas un vínculo permanente*” (MORELL BLANCH, Antonio, *op. cit.*, p. 121).

logo, 'não faz nada''. Não há dúvida de que esses tipos de preconceitos acabam deslegitimando o trabalho das organizações.<sup>21</sup>

Mas há outros fatores que incidem. O estágio do projeto migratório, por exemplo, tem um papel significativo: o migrante que decidiu permanecer por um prazo curto, interpretará a participação na organização apenas de forma instrumental e emergencial. No entanto, as coisas mudam quando há uma "redefinição da expectativa temporal",<sup>22</sup> com a decisão de prorrogar indefinidamente o prazo de estadia: neste caso o migrante poderá optar por um maior comprometimento em grupos organizados a fim de reivindicar os próprios direitos.<sup>23</sup> Outras vezes, o impedimento está relacionado com a falta de tempo ou a distância geográfica: "O excesso de trabalho e horários diversificados dificultam a vida familiar e comunitária do imigrante" (EUA).

Outro elemento que não pode ser menosprezado é o medo de ser identificado, ou seja, a ameaça decorrente da excessiva visibilidade ("Também existe o desejo de se manter na periferia e não correr o risco de ser identificado" alega um informante dos EUA), sobretudo no que tange aos imigrantes em situação administrativa irregular. Assim, por paradoxal que pareça, a participação em organizações, que deveria oferecer amparo e proteção diante do acirrado clima de insegurança – como sustenta Bauman –, acaba, ao contrário, se tornando uma ameaça, por constituir um palco de maior visibilidade!

Um "informante privilegiado" de Portugal reconhece que há uma participação efetiva de brasileiros e brasileiras em grupos organizados, mas apenas para determinadas atividades

o mais atrativo são convívios, festas e eventos desportivos e não tanto as atividades mais políticas, como manifestações ou concentrações. Também comparecem muitos na associação, quando se trata de sessões de esclarecimentos relativas a direitos no país de acolhimento. Portanto, penso que dão atenção à vida associativa, mas nestas vertentes acima referidas. Parece ser necessário criar uma maior conscientização do "dar", da importância de estarmos em conjunto em causas, que nem sempre todos compreendem.

O mesmo informante avalia, também, que para muitos migrantes as associações desenvolvem o papel de "prestadoras de serviços" e,

<sup>21</sup> Outro informante dos EUA sustenta que "a desunião e a percepção que qualquer pessoa tem sempre a intenção de tirar proveito do imigrante (mentalidade orientada pelo sistema político brasileiro) os mantém afastados das comunidades de base e organizações".

<sup>22</sup> SALES, Teresa. "Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na Região de Boston, EUA", p. 21.

<sup>23</sup> Cf. MORELL BLANCH, Antonio, *op. cit.*, p. 127.

portanto devem ser “usadas”, não necessariamente “assumidas”. Enfim, ao que tudo indica os interesses biográficos dos migrantes não se encaixam necessariamente com as atividades coletivas dos grupos organizados.

Neste âmbito, acreditamos que a análise de Bauman possa oferecer algumas luzes: a oferta – não raramente duvidosa – de amparo e segurança oferecida pelas entidades frequentemente não justifica o preço a ser pago em termos de engajamento e participação. Assim, diante da árdua escolha entre segurança e liberdade, muitos migrantes acabam privilegiando o pólo da liberdade – com o decorrente escasso engajamento – mas, sem abrir mão, totalmente, de alguma forma de amparo que os grupos organizados possam oferecer.

Esse segundo pólo – da segurança – se concretiza, em primeiro lugar, na participação em eventos festivos e étnicos, eventos que podem proporcionar um alívio temporário diante da angústia produzida pelo clima de incerteza e fluidez, típico, sobretudo, dos migrantes irregulares e, mais em geral, daqueles que residem em países que – nas palavras de Bauman – não oferecem o convite para a integração.

Em segundo lugar, as organizações são procuradas para questões ocasionais ou para solucionar problemas emergenciais, o que não exige um engajamento duradouro e, às vezes, não exige engajamento nenhum. Não é por acaso que a maioria das entidades está orientada a oferecer serviços assistenciais para um público alvo em situação de vulnerabilidade. Isso é confirmado pela pesquisa do CSEM: dentre das 42 organizações pesquisadas, 33% indicaram como público alvo específico “migrantes recém-chegados”, 31% “migrantes vulneráveis”, 29% “migrantes irregulares”, 27% “mulheres migrantes”, 25% “jovens e crianças migrantes”. Trata-se de categorias que, de alguma forma, apresentam algum tipo de vulnerabilidade específica.

A opção pelos grupos mais vulneráveis pode ser interpretada de forma axiológica, mas também ideológica: como sugere Bauman, muitas vezes, a opção pela vida comunitária – ou associativa – decorre de uma situação de extrema fragilidade e fraqueza do sujeito *de jure* que tenta, mediante o grupo organizado, tornar-se sujeito *de facto*. Isso significa que, talvez, a opção pelos grupos mais vulneráveis representa, na realidade, a opção pelos únicos segmentos sociais interessados aos serviços dos grupos organizados! A única exceção pode ser representada pelas supracitadas atividades étnicas, lúdicas e festivas que, de alguma maneira, conseguem atingir um público alvo mais amplo. E, talvez, não seja por acaso que as atividades assistenciais e étnicas sejam as mais comuns entre as organizações pesquisadas.

Mas há mais dois elementos que merecem ser mencionados no que diz respeito à tipologia de atuação das entidades de brasileiros(as)

no exterior. Em primeiro lugar, precisa levar em conta o contexto sócio-cultural e as oportunidades efetivas oferecidas pelo país de chegada. Um informante do Japão, por exemplo, relata as seguintes dificuldades da atuação dos grupos organizados de brasileiros(as) no Japão:

Creio que organizações de brasileiros para brasileiros são inócuas no que se refere aos direitos dos migrantes nesse país. São um círculo vicioso. Isto tem base na sociedade japonesa que não está acostumada com reivindicações e muito menos tem experiência e aceitação quando estas têm origens em “não japoneses”, como é o caso dos migrantes. A idéia bastante generalizada é que as leis japonesas são para os japoneses e não para os de fora. Além disso, na cultura japonesa existe o medo que a “tranquilidade” do país seja perturbada por reivindicações vindas de baixo do povo. Os japoneses são um povo que faz aquilo que os superiores mandam, sem questionar.

Sem dúvida, fatores sócio-culturais do país de chegada, bem como as políticas públicas sobre o tema migratório podem condicionar radicalmente e orientar o tipo de trabalho dos grupos organizados. Dessa opinião é também Yasemin Soysal, de acordo com a qual

*los migrantes responden a los contextos institucionales de las sociedades receptoras y se basan en los recursos y modelos ahí disponibles. Las estructuras institucionales y los modelos de políticas de los Estados receptores son factores esenciales para explicar la incorporación organizativa de los migrantes.*<sup>24</sup>

Assim, nos lugares em que o Estado optou por valorizar as potencialidades do associativismo, há organizações de migrantes financiadas pelos governos locais, bem estruturadas e com um razoável papel de interlocução em relação aos poderes públicos. O apoio estatal, embora problemático e não isento de ambiguidades, pode se tornar fundamental para o desenvolvimento de atividades de cunho reivindicativo e político, sobretudo pelo apoio financeiro.

Aqui entramos na última questão: consoante as respostas dos questionários da pesquisa do CSEM, a grande maioria dos grupos organizados aponta sérias dificuldades orçamentárias para realizar suas finalidades.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> *Apud* RABADÁN, Luis Escala. “Derechos humanos y asociaciones de migrantes mexicanos en California”, p. 93

<sup>25</sup> Consoante as respostas dos questionários, apenas 7 (17%) dos 42 grupos organizados pesquisados afirmam realizar reuniões “na sede de propriedade da organização”. Nos demais casos eles desenvolvem seus encontros sobretudo numa sede alugada (29%), num espaço oferecido por outra entidade (29%) ou na moradia de um associado (5%). Já no que diz respeito à origem dos recursos financeiros, a grande maioria recorre a doações ou cotas de membros (67%), seguida por patrocinadores (26%), financiamentos governamentais do país de origem (24%), várias formas de autofinanciamento (21%) e financiamento de outras organizações locais ou do país de origem (10%).

Muitos dos grupos organizados que responderam os questionários queixam-se pela falta de verbas para a contratação de profissionais especializados e para garantir uma infra-estrutura eficaz de atendimento. Essas limitações financeiras acabam restringindo o alcance dos serviços oferecidos pelas organizações. É evidente que essas dificuldades orçamentárias afetam sobretudo o trabalho de cunho reivindicativo e político.

Enfim, voltando à pergunta inicial – por que são priorizadas atividades culturais e assistenciais? – podemos supor que, devido a diferentes fatores, entre os quais a intensa luta pela visibilidade e pelo reconhecimento social, muitas organizações, ameaçadas de perder o próprio *status* ou desejosas de alcançar uma melhor posição social, sejam induzidas a oferecer produtos que agradam os segmentos sociais mais interessados na participação – ou no uso – dos serviços dessas organizações. Isso faz com que o trabalho em prol dos direitos humanos se concretize, principalmente, na defesa dos direitos individuais, em termos assistenciais, e na promoção dos direitos culturais. As supracitadas mudanças do conceito de cidadania não parecem ser objeto de focos específicos, sendo encaradas, eventualmente, como consequências lentas e indiretas das atividades assumidas.

#### **4. As organizações de brasileiros e as redes associativas**

As afirmações anteriores podem nos ajudar, agora, a aprofundar o tema do trabalho em rede dos grupos organizados de brasileiros(as) que atuam na promoção dos direitos humanos. Antes de tudo, por redes associativas entendemos diferentes formas de relações – articulações e parcerias – entre grupos organizados de migrantes em vista da realização de objetivos comuns.<sup>26</sup> Em termos teóricos, a riqueza e a necessidade do trabalho em rede, em contexto de globalização, deveria ser evidente. Numa realidade de interdependência, não é possível – ou extremamente difícil – resolver separada ou individualmente problemas coletivos ou estruturais. O trabalho em rede permite partilhar e aumentar o capital humano, cultural, social, econômico e simbólico de cada grupo organizado, fortalecendo sua capacidade de responder aos desafios do fenômeno migratório. Em outros termos, a formação dessas redes associativas garantiria tanto um aprimoramento do atendimento devido aos migrantes, gravemente prejudicado pelas limitações de capital de cada associação, quanto uma maior incidência no espaço público. Não é novidade que a unidade multiplica o poder.

<sup>26</sup> Martín Pérez, analisando grupos asociativos de imigrantes na Espanha, define com o conceito de *red asociativa*, as *relaciones con otras organizaciones de la misma o de distinta naturaleza que funcionan como red de intereses que se vierten, por ejemplo, en el campo de las reivindicaciones frente al Estado* (MARTÍN PÉREZ, Alberto, *op. cit.*, p. 136-137).

Agora temos que nos debruçar na pesquisa do CSEM para tentar responder algumas perguntas: as redes associativas existem de verdade? A partir dos resultados da pesquisa do CSEM, é possível afirmar que os grupos organizados de brasileiros(as) privilegiam a formação de redes associativas? Ou, então, existem redes entre grupos de brasileiros e outras organizações?

No questionário da pesquisa realizada pelo CSEM constava uma pergunta sobre as relações estabelecidas com o país de origem – o Brasil. De acordo com as respostas, apenas 17% (8) das organizações afirmam não manter nenhum tipo de contato. Mais da metade dos grupos organizados mantém contato com o Brasil por meio dos “consulados e embaixadas” e ainda com “pessoas conhecidas da organização”. Em outros termos, estão abertos tanto canais de interação formais e institucionais (embaixadas e consulados) quanto canais informais e pessoais (pessoas conhecidas). Além disso, são 43% aos grupos que afirmam cultivar algum contato com instituições presentes no Brasil, sendo que no caso de instituições públicas e partidos políticos esse número cai para 24%.

No que diz respeito à interação com os consulados e embaixadas – de acordo com outra pergunta do questionário – apenas 19% das entidades afirmam receber algum tipo de apoio. Por outro lado, solicitadas a apresentar sugestões de serviços que as representações diplomáticas brasileiras poderiam oferecer, a grande maioria das organizações pede ajudas econômicas a fim de sustentar as próprias atividades ou, então, maior engajamento na negociação junto aos governos locais para melhorar a condição de vida dos brasileiros(as) residentes. Solicita-se, em resumo, um apoio direto às organizações, em nível “micro”, para aprimorar o atendimento direto aos migrantes brasileiros, e um apoio em nível “macro”, estrutural, para favorecer mudanças legislativas e a implementação de políticas migratórias mais condizentes com a ótica dos direitos humanos. Em ambos os casos, não há – ou não parece evidente – nenhuma forma de rede, articulação, interação ou parceria entre os agentes sociais envolvidos.

Num total de 41 respostas, apenas duas sugerem a criação de espaços de interação entre Estado (embaixadas/consulados) e grupos organizados, enquanto interlocutores e protagonistas de atividades em prol da defesa e da promoção dos direitos dos migrantes brasileiros. Assim, por exemplo, uma associação em Portugal pede o seguinte:

Reconhece-se a associação brasileira “X” como um órgão de apoio aos interesses do estado brasileiro em Portugal e pudesse criar uma ponte com Brasília no interesse de esclarecer apoiar nas decisões que temos de tomar sem ter a certeza de que a forma que temos utilizados os esforços é a mais correta (Portugal).

Neste caso, solicita-se uma colaboração que ultrapassa a mera sustentação econômica, para se tornar uma articulação ou uma rede transnacional (“criar uma ponte com Brasília”) em vista do trabalho conjunto tanto para estabelecer formas emergenciais de amparo aos migrantes quanto de planejar formas de pressão para promover mudanças legislativas. A nosso ver, é nessa direção que deveriam caminhar as relações de articulação e parceria entre entidades e embaixadas/consulados.

Quanto ao expressivo número de organizações que mantém relações com o Brasil mediante “pessoas conhecidas pela organização” (60%), revela que as redes construídas trilham o viés da informalidade. As relações institucionais deixam o lugar às relações interpessoais. Solicitações de recursos ou outras formas de apoio passam, eventualmente, por canais baseadas em laços afetivos e familiares.

Esses dados podem ser cruzados com outra pergunta (aberta) do questionário: “quais as principais atividades desenvolvidas pela organização no último ano?”. Num total de 184 respostas, não há nenhuma atividade que inclua, explicitamente, um trabalho de articulação em rede com organizações governamentais ou não governamentais no Brasil ou do lugar. É bom sublinhar o advérbio “explicitamente”, pois é possível que algumas das atividades relatadas, de fato, sejam realizadas mediante redes e parcerias, embora não conste explicitamente na resposta. Faz exceção uma entidade de Portugal que afirma ter desenvolvido “parcerias em vários projetos”, principalmente no que diz respeito à prevenção de violência doméstica e formação.

Sobre o tema das parcerias havia também uma pergunta específica no questionário: “A organização realiza atividades em parceria com outras organizações?” Apenas 5 grupos (12%) afirmaram que não. Todas as organizações entrevistadas em Espanha, EUA e Reino Unido sustentaram ter algum tipo de parceria. Em geral, são 22 (52%) os grupos organizados que declararam trabalhar em parceria com outras organizações/entidades de brasileiros presentes no lugar: entre elas, há 5 da Espanha, 5 dos EUA, 4 do Japão, 3 da Itália (50%) e Reino Unido.

Enfim, uma visão geral e abrangente dos resultados da pesquisa aponta para conclusões um pouco ambíguas: enquanto as respostas das perguntas fechadas apontam para uma real preocupação por parte de muitas organizações em realizar trabalhos de articulação em rede com outras entidades, as perguntas abertas e as respostas dos “informantes privilegiados” indicam uma realidade contrária. Levando em conta que as perguntas fechadas podem induzir respostas, estamos mais propensos a sustentar a segunda hipótese, inclusive pela coerência com outras

pesquisas realizadas com organizações de migrantes oriundos de países.<sup>27</sup>

O que pode justificar a reduzida preocupação com a formação de redes associativas? A resposta não é fácil. Segundo Martín Pérez, a maior dificuldade que existe na formação de redes associativas de migrantes na Espanha é a relação de concorrência que se estabelece tanto entre os grupos organizados de migrantes quanto dos grupos organizados locais:

*Las relaciones entre las organizaciones de inmigrantes están fuertemente mediatizadas por sus posiciones relativas frente a los poderes públicos: las propias asociaciones señalan como principales impedimentos para el funcionamiento de una red asociativa estable la dependencia del Estado, lo que sitúa a cada asociación en competencia con las demás en la lucha por un mejor – y más cuantiosa –, posición en dicha escala de reconocimiento. Señalan, en este sentido, que, en realidad, las asociaciones están más cerca de establecer formas de coordinación con los poderes públicos que con el resto de las asociaciones, con las cuales la relación, incluso, puede transformarse eventualmente en desconfianza u hostilidad.<sup>28</sup>*

Na opinião do autor, o único espaço em que ocorre um verdadeiro trabalho em rede é representado pela ação reivindicativa. Fora disso, cada uma das associações tem suas próprias metas e estratégias, e visa lutar pelo reconhecimento social em competição com as organizações autóctones e as demais organizações étnicas. Enfim, há mais competição do que cooperação entre as organizações de migrantes.

Não seria correto aplicar indiscriminadamente as ponderações de Martín Pérez ao caso dos grupos organizados brasileiros. No entanto, os resultados da pesquisa do CSEM revelam, de forma bastante clara, por um lado, a escassez de “capital” – humano, social, econômico, simbólico e cultural – da maioria das organizações de brasileiros(as) no exterior e, por outro, uma latente dificuldade em estruturar trabalhos em rede. O que o pesquisador espanhol sugere é que, talvez, haja uma relação entre os dois aspectos: num clima de competição, a escassez de “capital” pode inibir, antes que alimentar, o trabalho em rede.

Nesta perspectiva, poder-se-ia afirmar que as organizações de brasileiros(as) navegam entre a necessidade da cooperação e do trabalho em rede em vista de um melhor atendimento aos brasileiros(as) migrantes e, simultaneamente, a necessidade de alcançar maior visibilidade e reconhecimento social, o que pode gerar um clima de competição com

<sup>27</sup> Segundo Martín Pérez, na Espanha, “las asociaciones de inmigrantes no han conseguido organizar de una manera estable ninguna modalidad de coordinación de actividades, salvo en situaciones concretas en función de la actividad reivindicativa que llevan a cabo” (*Ibidem*, p. 137).

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 137-138.

outras organizações – tanto étnicas quanto autóctones –, sobretudo em países, como os EUA ou a Espanha, onde desse reconhecimento depende o acesso a recursos estatais.

Aprofundando ainda mais a questão, gostaríamos – de forma um pouco ousada – aplicar a visão de Bauman da comunidade, à relação entre grupo organizado e rede associativa: assim como o indivíduo está atraído pela segurança oferecida pela comunidade, mas, ao mesmo tempo, rejeita a perda – ou limitação – consequente de liberdade e autodeterminação identitária, assim também, os grupos organizados estão atraídos pelos ganhos – em termos de capital humano, cultural, econômico, social e simbólico – que a rede pode oferecer, mas, simultaneamente, rechaçam as limitações que esse trabalho de articulação e parceria pode acarretar.

Essas limitações dizem respeito à identidade da associação, que pode ser obrigada a abrir mão de alguns de seus princípios de ação no contexto do trabalho em rede ou parceria com outras entidades e, mais em geral, a limitar sua capacidade de escolha. Mas as limitações dizem respeito também a aquelas que Bauman chama de “obrigações fraternas” que decorrem necessariamente da vida comunitária – ou trabalho em rede – e que implicam a partilha de diferentes formas de capital. Por fim, admitindo que cada organização atue em busca de visibilidade, espaço e reconhecimento social, não é de se excluir que haja um medo latente de que o trabalho em rede possa, no final das contas, ser prejudicial, por permitir o contato com alteridades ou, melhor, com grupos concorrentes, que oferecem, quiçá, produtos de melhor qualidade para os migrantes. Não podemos esquecer, como assevera Bauman, que, não raramente, a vida associativa se torna “segura” justamente por produzir “mesmice” e evitar o contato com qualquer forma de alteridade!

Nesta ótica, as relações que existem entre grupos organizados de brasileiros(as) no exterior parecem mais próximos da metáfora do “arquipélago” que da “rede”.<sup>29</sup> A rede é uma realidade que existe apenas pela existência de laços, de inter-relações constantes, mais ou menos intensas. Já no arquipélago, a existência real e objetiva das ilhas não depende das relações. Eventualmente, em casos específicos e mais ou menos esporádicos, podem ocorrer contatos e inter-relações entre as diferentes ilhas. Todavia, cada uma delas tem uma existência própria, autônoma. No arquipélago haverá mais contatos em situações de crise, onde o desejo por segurança será mais intenso. Mas cada ilha cuidará de sua identidade e, sobretudo, de conquistar seu espaço de poder no

<sup>29</sup> Cf. GELLI, Bianca (*a cura di*). *Comunità, rete, arcipelago*. Metafore del vivere sociale.

interior do arquipélago, o que não pode excluir, inclusive, a formação de conflitos internos e a construção de muros.

Na atualidade existem algumas redes associativas de brasileiros(as) – por exemplo a Rede de brasileiras e brasileiros na Espanha ou a Rede de brasileiras e brasileiros na Europa – que desenvolvem sobretudo atividades de cunho reivindicativo.<sup>30</sup> Nossa impressão é que se trate mais de arquipélagos de associações, que de redes. As relações estão reduzidas a alguns eventos de reivindicação coletiva. Mesmo assim, acreditamos que o fortalecimento dessas formas de articulação, ainda incipientes, seja um caminho privilegiado não apenas para a promoção dos direitos individuais, mas também – e sobretudo – pela reformulação do conceito de cidadania, pela recuperação de uma renovada consciência coletiva e da noção de bem comum que, aliás, é um postulado básico do ser cidadão.

### Bibliografia

- AMBROSINI, Maurizio. *Sociologia delle migrazioni*. Bologna: Il Mulino, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BLÁZQUEZ RODRÍGUEZ, M. Isabel; MAZARRASA ALVEAR, Lucía; OTERO GARCÍA, Laura. “Aproximación a las asociaciones africanas como agentes de salud en sus comunidades inmigrantes. Experiencias desde la práctica” in *Ofrim suplementos*, n. 32 (junio, 2004), p. 69-90. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1222332>.
- CARREIRO, Maria Joao. “Dinamicas transnacionais protagonizadas por Associações de Migrantes Guineenses em Portugal”, in *Ces- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia*, e-Working Paper n. 26/2007, 28 p. [http://www.cies.iscte.pt/documents/CIES-WP26\\_Carreiro.pdf](http://www.cies.iscte.pt/documents/CIES-WP26_Carreiro.pdf)
- CASEY, John. “Les associacions i la integració d’immigrants estrangers”, in *Revista catalana de sociologia*, n. 6 (1997), p. 9-22.
- GELLI, Bianca (a cura di). *Comunità, rete, arcipelago*. Metafore del vivere sociale. Roma: Carocci, 2002.
- ITÇAINA, Xabier; DORANGRICCHIA, Anna. “Del repertorio de la hospitalidad: las movilizaciones católicas y la inmigración”, in *Migraciones*, n. 16, diciembre 2004, p. 41-76.
- LUSI, Carmem. “Entidades de união e apoio a brasileiros no exterior”. Disponível em: <http://www.abe.mre.gov.br/mundo/america-do-sul/republica-federativa-do-brasil/subsecretaria-geral-das-comunidades-brasileiras-no-exterior/informacoes/i-seminario-sobre-as-comunidades-brasileiras-no-exterior>.

<sup>30</sup> Cf. MILESI, Rosita; FANTAZZINI, Orlando. “As Declarações de Lisboa, Boston e Bruxelas”. Disponível em: <http://www.abe.mre.gov.br/mundo/america-do-sul/republica-federativa-do-brasil/subsecretaria-geral-das-comunidades-brasileiras-no-exterior/informacoes/i-seminario-sobre-as-comunidades-brasileiras-no-exterior>. Acesso em: 12.11.2008.

Acesso: 04.11.08.

- LUSI, Carmem; MARINUCCI, Roberto. "O papel dos brasileiros no exterior na defesa e promoção de seus direitos", in *REMHU* ano XVI, n. 31 (2008), p. 119-142.
- MARTES, Ana Cristina Braga. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MARTÍN PÉREZ, Alberto. "Las Asociaciones de inmigrantes en el debate sobre las nuevas formas de participación política y de ciudadanía: reflexiones sobre algunas experiencias en España", in *Migraciones*, n. 15, junio, 2004, p. 113-143.
- MARINUCCI, Roberto; CONRADI, Ilda. "Elementos para um perfil do associativismo brasileiro no exterior", in *REMHU* ano XVI, n. 31, 2008, p. 564-574.
- MARINUCCI, Roberto. "O protagonismo de brasileiros e brasileiras no exterior e seu papel na defesa e promoção dos direitos humanos. Relatório de uma pesquisa". Disponível em: [www.csem.org.br/2008/dados\\_pesquisa\\_brasileiros\\_no\\_exterior\\_definitivo.pdf](http://www.csem.org.br/2008/dados_pesquisa_brasileiros_no_exterior_definitivo.pdf)
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. Repensar a reforma, reformar o pensamento. 12ª Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- MORELL BLANCH, Antonio. "El papel de las asociaciones de inmigrantes en la sociedad de acogida", in *Migraciones*, n. 17, junio, 2005, p. 111-142.
- ONU – DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. *World Economic and Social Survey – 2004*, p. 36. Disponível em : <http://www.un.org/esa/analysis/wess/> Acesso em: 10 de agosto de 2005.
- RABADÁN, Luis Escala. "Derechos humanos y asociaciones de migrantes mexicanos en California", in *Migraciones Internacionales*, v. 3, n. 2, julio-diciembre 2005, p. 84-107.
- SALES, Teresa. "A organização de imigrantes brasileiros em Boston, EUA", in *São Paulo em perspectiva*, v.19, n. 3, jul./set. 2005, p. 44-54.
- \_\_\_\_\_. "Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na Região de Boston, EUA", in REIS, Rossana Rocha; SALES, Teresa (orgs.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Jinkings, 1999.